



## Para onde vamos

As transformações desencadeadas no território por empreendimentos como a UHE Belo Monte são tão numerosas e profundas que, mais do que acompanhar cada processo individual, é preciso lançar luz sobre as conexões entre eles. Entender o que funciona, o que não funciona e por quê. De que forma as medidas compensatórias de impactos dialogam com o amplo espectro das políticas públicas, das ações da sociedade civil e com a visão de futuro que as próprias comunidades têm sobre si. Por fim, é preciso criar ferramentas de monitoramento permanentes, com informações acessíveis a todos, que em última instância fortaleçam a cidadania e democratizem a participação.

Não por acaso, a própria noção de desenvolvimento sustentável esteia-se na interdependência dos mais variados campos de ação e conhecimento. Transparência e acessibilidade são indispensáveis vizinhos desse ideário.

É com esse espírito que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) credenciou-se junto à Câmara Técnica de Monitoramento de Condicionantes da UHE Belo Monte do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu para a criação de uma **ferramenta de monitoramento**: online, interativa, periodicamente atualizada e de fácil compreensão para uso de todos os interessados, desde o gestor público até o cidadão comum. **Um conjunto de publicações também virá contribuir com o monitoramento.**

Em fase preliminar **a partir de fevereiro de 2015**, a ferramenta contará com três instrumentos principais, a serem desenvolvidos pela FGV:

### Indicadores de Efetividade\*

O licenciamento ambiental é o berço desta investigação, embora não seja o fim. Foram apontadas pela Câmara Técnica de Monitoramento um conjunto de sete condicionantes que requerem ação integrada entre o empreendedor e o poder público, nos campos de educação, saúde, saneamento, questão indígena, regularização fundiária e fiscalização ambiental, todas incidentes sobre a área de influência da UHE Belo Monte.

O acompanhamento não se dará apenas sobre a situação de cumprimento, mas especialmente se o fruto das ações propostas funciona a contento. Por exemplo: uma escola, para operar, não basta ter infraestrutura. Precisa de professores, alunos, transporte adequado, entre outros.

\* Os termos 'Satisfação Social' e 'Efetividade', neste contexto, seguem orientação do Termo de Referência da Câmara Técnica de Monitoramento, em que pese definições acadêmicas de avaliação de impacto trazerem nomenclaturas diferentes. Esses conceitos serão aprofundados oportunamente.

## Indicadores de Satisfação Social\*

Na busca de um caminho de coerência entre a condicionante e o que a sociedade espera para o seu próprio território, vamos mapear planos e metas de desenvolvimento já estabelecidos em processos participativos, como o próprio PDRSX e outros, bem como usar parâmetros nacionais de políticas públicas. A criação de indicadores se dará também por meio da consulta e validação com atores locais.

## Mapa de Articulação e Sinergias das Políticas Públicas e Ações Governamentais

Este é o mergulho mais amplo no cenário político-institucional do território. Aqui, estudam-se os gargalos e as oportunidades de cooperação entre as instituições e os diferentes níveis de governo, não apenas para o satisfatório cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental, mas também para concretização de aspirações sociais, como saúde e educação de qualidade.

# Nossa identidade

## Auditores?

Um dos elementos norteadores deste trabalho é a complementaridade em relação a esforços de monitoramento já em curso, em especial, aqueles de órgãos licenciadores, Ibama e Funai. O projeto Indicadores de Belo Monte não se pretende fiscal desses órgãos, tampouco das empresas contratadas pelo Consórcio Norte Energia para cumprimento das ações socioambientais.

O que se quer é gerar novas informações e reflexões a partir do processo de licenciamento ambiental que, de fato, é o principal eixo estruturante para adequação do desenvolvimento local às transformações engendradas pelo empreendimento.

## Pesquisadores de escritório?

Dados secundários, estatísticas oficiais e mapas do Google são importantes e nós adoramos as nossas planilhas. Mas a pesquisa de campo é o ponto forte para o Indicadores de Belo Monte.

Com uma base já estabelecida em Altamira, teremos pelo menos cinco pesquisadores vivendo na cidade, além das visitas constantes do restante da equipe. Isso permitirá coletar informações no tempo adequado para os nossos interlocutores, além de participar ativamente de debates e reflexões que acontecem no local e nas cidades vizinhas, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

\* Os termos 'Satisfação Social' e 'Efetividade', neste contexto, seguem orientação do Termo de Referência da Câmara Técnica de Monitoramento, em que pese definições acadêmicas de avaliação de impacto trazerem nomenclaturas diferentes. Esses conceitos serão aprofundados oportunamente.

Aliás, o time em campo contará também com seis bolsistas da região, estudantes universitários que nos ajudarão a compreender a realidade local e com quem realizaremos um processo de capacitação em pesquisa & monitoramento do desenvolvimento.

Este item revela duas percepções muito caras ao projeto. A primeira é a de que o conhecimento sobre impactos, entraves, o que dá certo e o que não dá, já está na região do Xingu. É produzido e assimilado pelos seus atores locais. Ao aprender com eles, a nossa contribuição será, acima de tudo, a de organizar a informação.

Por fim, ao desenvolver um sistema aberto, capacitando multiplicadores, a nossa maior ambição é oferecer uma ferramenta da qual a sociedade possa se apropriar, para muito além da duração do nosso trabalho.

## Histórico

O **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)** nasceu em 2009, por ação de um grupo de trabalho intergovernamental. A essência é orientar o desenvolvimento em 11 municípios sob a influência de grandes obras como a hidrelétrica Belo Monte e a pavimentação da rodovia Transamazônica.

O órgão responsável por gerir os recursos públicos e privados alocados para a execução do plano é o **Comitê Gestor**, composto por representantes do governo e da sociedade civil e organizado em oito câmaras técnicas temáticas, entre elas, a **Câmara Técnica de Monitoramento das condicionantes da UHE de Belo Monte (CTM)**. (saiba mais em [pdrsxingu.org.br](http://pdrsxingu.org.br))

Criada para acompanhar o cumprimento das medidas estabelecidas pelo licenciamento ambiental, a CTM buscou, a partir de 2013, apoio de consultoria especializada para a execução do monitoramento de um conjunto de condicionantes. Foram escolhidas aquelas de caráter socioeconômico e que envolvem responsabilidades comuns entre empreendedor e governo, nas três esferas de poder.

Selecionado por edital no mesmo ano, o projeto Indicadores de Belo Monte, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), teve início em 1 de junho de 2014 com duração prevista de 18 meses.

## Condicionantes a Monitorar

2.28 (L.P.): Referente a regularização fundiária, saúde e educação quanto à população indígena

2.10: Referente a saneamento básico e resíduos

2.11, 2.12 e 2.13: Referentes a equipamentos de saúde e educação

2.20: Referente a articulação com FUNAI para questões indígenas, Ministério da Saúde para controle da malária, e INCRA e ITERPA para assentamentos agrários e regularização fundiária

2.21: Referente à fiscalização ambiental

# De onde viemos

## Juruti Sustentável

Com a chegada de um grande empreendimento minerador na cidade de Juruti (PA), em 2006, a Alcoa convidou a FGV a participar do desenho de um plano de desenvolvimento local, na busca de práticas que vão além das obrigações legais do empreendedor. Além de um plano conceitual, o destaque desta contribuição é o Sistema de Indicadores de Juruti, uma ferramenta para medição do desenvolvimento construída com a participação de mais de 500 cidadãos e representantes de instituições locais, ao longo de quatro anos. Desde 2011, na forma de um sistema online e de uma série de publicações, a população de Juruti tem à disposição um instrumento de transformação e de constante aprendizagem e conscientização. Saiba mais em [indicadoresdejuruti.com.br](http://indicadoresdejuruti.com.br)

## Jirau

Entre 2010 e 2011, a FGV também encabeçou a estruturação de um plano de desenvolvimento local para a região de influência do aproveitamento hidrelétrico de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. Desta vez, o trabalho teve início com um estudo das vocações econômicas regionais. Ao final, a FGV propôs um conjunto de ferramentas para a efetiva implementação do plano, tais como um fundo de desenvolvimento local, um espaço de articulação social, sistemática avaliação de sinergias e oportunidades com políticas públicas e a elaboração de indicadores de desenvolvimento. O trabalho ficou apenas no plano conceitual, não tendo sido implementado.

Boletim Indicadores de Belo Monte – Projeto Monitoramento da Efetividade e Satisfação Social de Condicionantes da UHE Belo Monte. Elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, Julho de 2014.  
Contato: [indicadoresdebelomonte@fgv.br](mailto:indicadoresdebelomonte@fgv.br).

